

Militares acham importante atuar na Constituinte

A participação efetiva dos três ministros militares nas discussões dos temas polêmicos na Assembleia Nacional Constituinte foi defendida ontem por um oficial-general de quatro estrelas de passagem pela capital. Para o militar, Leônidas Pires (Exército), Henrique Sabóia (Marinha) e Octávio Moreira Lima (Aeronáutica) têm o compromisso público de zelar pelos poderes constituídos desde que assumiram os ministérios.

No caso do papel dos militares na nova Carta do País, defendido pelos ministros militares, e seus assessores parlamentares no Congresso, "o trabalho foi plenamente compensador", segundo afirmação do ministro Octávio Moreira Lima. Em relação aos outros temas, os ministros, agora, se voltam para a não aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte do retorno dos militares cassados por atos administrativos, que desejam, além de reincorporação às fileiras das Forças Armadas, promoções nos postos imediatos de suas carreiras como se no serviço ativo tivessem permanecido.

Quanto à Ordem Econômica, ora em debate na Constituinte, os ministros militares afirmam que não estão interferindo diretamente, mas transmitem seus pontos de vistas aos parlamentares que os procuram com o objetivo de se inteirar de suas posições. Embora a Ordem Econômica não seja tema que interesse diretamente à área militar, Leônidas Pires (Exército), Henrique Sabóia (Marinha) e Moreira Lima (Aeronáutica) acompanham os debates através de seus assessores parlamentares.

A posição dos ministros das Forças Armadas é unânime quanto à exploração das riquezas minerais: "Deve ser dada prioridade à empresa nacional, e a concessão às multinacionais deve ser precedida de normas rígidas de controle, pelo Governo". Os militares se preocupam com a exploração de minérios, na área indígena, por estrangeiros, tendo em vista o surgimento de problemas que possam afetar a segurança interna e facilitar a evasão de minérios considerados de aplicação nuclear.

POLÍTICA NACIONALISTA

Os militares, principalmente depois do movimento de 1964, optaram por uma política de nacionalização de armamento, como fórmula de evitar boicote, no caso de guerra externa, em que o País fornecedor esteja em situação de belligerância, e em consequência obrigado a cortar o abastecimento de material de manutenção dos equipamentos fornecidos. Essas e outras situações são enquadradas pelos militares para justificar até que, no caso de compra de equipamentos no exterior, como já vem acontecendo, a aquisição seja feita mediante a transferência de tecnologia.

O investimento de capital estrangeiro no Brasil, incluindo a implantação de indústria pioneira, é visto com bons olhos pelos militares, que argumentam que o País precisa de injeção de capital externo para atingir seu desenvolvimento econômico-social, principalmente na geração de novos empregos e entrada de novas tecnologias.